

ATA - Memória de reunião extraordinária

Data: **17.02.2024**

Horário:: das 19:00 às 20:30

Plataforma: **Google Meet**

Pauta:

- 1) Seletiva olímpica e de base: respostas aos e-mails
- 2) Sugestões na melhoria do Regulamento
- 3) Informativo sobre o Bolsa Atleta
- 4) Bolsa Atleta Para Pan Americano e BR Paralímpico
- 5) Taxas Estaduais

Presenças: Tercia Ferreira Figueiredo, Thyago Tonetto Pfeifer, Reinaldo Vagner Charão Ferreira, Inaiá Rossi Silva Staeheli, Camila Hikari Harada, Eurico Da Fonseca Martins Júnior, Dênia Keide de Almeida Souza, Jane Karla Rodrigues Gogel, Jairo Rodrigo da Silva, Celia Rejane Lopes do Nascimento, Sofia Correia Ruggiero e José Fernando da Rocha Brito

Suplentes: sem presença de membros suplentes.

Ausências: Carla Roseli Martins Dias Bicalho (motivos pessoais) e Luiz Henrique Martinhão Broinizzi (viagem)

A reunião começou às 19:10, conforme distribuição da pauta prévia no grupo do grupo do Comitê, conforme exposto acima. A conselheira Tércia abriu a sessão sugerindo fazer a leitura dos e-mails recebidos, cujas respostas serão dadas após a análise dos textos pelo Comitê depois desta reunião e no decorrer da semana. Acolhida por unanimidade a sugestão, a conselheira fez a leitura dos e-mails recebidos, os quais questionam sobre regulamento da seletiva olímpica e de base, convocações, entre outros. Abertos os debates, o conselheiro Jairo e a conselheira Camila fizeram algumas considerações, já que os mesmos participaram de forma ativa na seletiva. A conselheira Inaiá e o conselheiro José argumentaram sobre as divulgações das convocações, que devem primeiro serem publicadas no site, favorecendo a oficialidade do ato, e concomitantemente aos atletas convocados. A conselheira Dênia reforçou algumas questões apresentadas nos e-mails, no que o conselheiro José também fez ponderações sobre o planejamento e organização das seletivas, sugerindo que a minuta de regulamento da seletiva teria de passar aos olhos de mais pessoas para poder verificar eventuais erros ou inconformidades. O conselheiro Thyago sugere oficializar à Confederação com todas as questões levantadas nesta reunião sobre os temas em debate, no que todos os presentes concordaram com a sugestão. Ainda se levantou a questão de envolver outros atores, como o comitê técnico, que deve ter uma maior participação e comprometimento na elaboração dos regulamentos, até por conta das suas próprias atribuições. A conselheira Tércia informou que já entrou em contato com presidente do Comitê Técnico e que haverá reuniões entre os comitês para discutir

pautas em comum, em especial os regulamentos das seletivas do olímpico e paralímpico. Ainda sobre os e-mails referente a seletiva no final de janeiro em Maricá, houve questionamento sobre a infraestrutura disponibilizada e possíveis favorecimentos técnicos. Ficou consignado entre os presentes que a resposta sobre este e-mail será pontual e com sugestões à Brasil Arco quanto à busca por recursos privados por meio da Legislação de Incentivo e outras fontes, incentivando a criação de núcleos em outras regiões com a supervisão direta da confederação, bem como dar maior ênfase na transparência das ações da confederação, divulgando os projetos em andamento, a previsão de alocação de recursos e mesmo a possibilidade quantitativa de convocações de atletas para os campeonatos do calendário corrente. Entrando no segundo item da pauta, a conselheira presidente da sessão sugeriu fazer um estudo sobre os atuais regulamentos, elencando melhorias tanto no olímpico quanto no paralímpico, e compartilhar com o Comitê Técnico para depois apresentar para a Brasil Arco. A conselheira Dênia questionou se seria sobre todos os regulamentos das seletivas, no que a conselheira Tércia disse que sim, incluindo o regulamento do campeonato brasileiro escolar. Todos concordaram na forma de fazer essa revisão dos regulamentos, sendo que os presentes foram unâimes em salientar que o regulamento de uma seletiva precisa ser sólido e objetivo, com regras claras e definição de vagas e competições ao longo da sua validade. A conselheira Tércia salientou que este é um debate de médio/longo prazo, mas que é necessário já começar logo e levar para a confederação. A conselheira Jane lembrou da importância da divulgação, pela confederação, das notas oficiais, de forma fixa e fácil acesso no site, enfatizando que boa parte dos problemas evidenciados atualmente é por pura falta de informações aos atletas. Seguindo para o terceiro item da pauta, a conselheira Tércia trouxe um informativo sobre as conversas com o gestor de resultados, incluindo sobre a necessidade de mudança na data da prova do MICA, e que um novo calendário será publicado com as indicações das provas que irão valer para o Bolsa Atleta. Discutiu-se entre os presentes as dificuldades que a Confederação tem em responder e-mails do Comitê, algo que já prejudicava muito nas respostas aos atletas na gestão anterior deste conselho. Passados os informes, sem deliberação, seguiu-se para o quarto item da pauta, em que a conselheira Tércia apresentou a resposta que o Vice-Presidente da Confederação, Sr. César Moreira, apresentou ao Comitê, resumindo-se aos termos da legislação que rege a Bolsa Atleta. O conselheiro Reinaldo fez uma contextualização dos fatos para que os demais presentes entendam a demanda do paralímpico levantada, tanto no Brasileiro Paralímpico, quanto no ParaPan Americano de São Paulo, relatando que em ambas as competições em nenhum momento foi explicitado que categorias ou disputas não teriam acesso ao bolsa atleta, como foi evidenciado nas duplas de mesmo naipe. Reinaldo ainda questionou o choque de informações dado em campo, durante o brasileiro paralímpico, onde os dois componentes da comissão técnica, Henrique Junqueira e Claudio Contrucci, divergiram na informação repassada aos atletas no momento das disputas das duplas do arco composto masculino. Ressalta, o conselheiro Reinaldo, a importância da divulgação prévia das competições e provas cujos resultados podem dar acesso a Bolsa Atleta, bem como solicita a divulgação dos encaminhamentos da Confederação junto ao Ministério dos Esportes, enfatizando a importância da

transparência. No último item da pauta, a conselheira Tércia recordou a proposta de produção de um questionário on-line para coletar informações das federações, incluindo informações sobre as cobranças de taxas. A conselheira Dênia destacou que já houve uma pesquisa anterior sobre a cobrança de taxas, bem como foi realizada uma consulta jurídica e administrativa junto a Confederação para tentar viabilizar uma forma de regulamentação em relação aos valores mínimos e máximos para essas cobranças. Aberto os debates, a conselheira Camila evidenciou que os valores podem ser cobrados por Clubes diferentes dentro do mesmo Estado, questionando se pode haver interferência de norma da Confederação, no que a conselheira Dênia relatou que já houve precedente, quando em relação ao número de atletas de fora em competições. O conselheiro Reinaldo sugeriu trabalhar uma norma que se seja previsto um valor máximo de cobrança, sem mencionar um valor mínimo, pois dependendo a da gestão da prova, esta poderá ser subsidiada por patrocinadores, isentando os atletas da taxa de inscrição. O conselheiro José também enfatizou a diferença de cobranças na mesma prova dos atletas federados e visitantes, propugnando que o valor deveria ser um só, sem discriminação. Encerrando, a conselheira Tércia resumiu os encaminhamentos que serão dados nos próximos dias, incluindo as propostas aqui apresentadas em relação à regulamentação nacional sobre os valores das taxas. Após quase duas horas de debates, a reunião foi encerrada às 20:51. A presente memória de reunião está disponível integralmente em vídeo no Google Drive do Comitê, em que este texto lavrado pelo 1º secretário, Reinaldo, foi disponibilizado para ciência e contribuições dos demais membros do comitê e aprovada pelos mesmos, seguindo com as assinaturas dos responsáveis e realizado o devido registro.

Tercia Ferreira Figueiredo
Presidenta do Comitê de Atletas e Paratletas

Reinaldo Vagner Charão Ferreira
1º Secretário